

Pânico Moral e Ódio à Diferença: a estratégia discursiva do “Escola Sem Partido”

Luis Felipe Miguel
Universidade de Brasília

Michel Oliveira
Universidade Estadual de Campinas

1 Introdução

Olhando retrospectivamente, com a pequena distância histórica que já temos, a mobilização em torno do projeto “Escola Sem Partido” pode ser considerada um prenúncio da onda conservadora (Almeida, 2017) que tomou conta do Brasil nas eleições de 2018. Graças à produção deliberada do pânico moral, que bloqueia qualquer possibilidade de um debate embasado em argumentos, promove-se a revogação de direitos e a vilanização dos adversários políticos – e gera-se uma militância mobilizada e agressiva, cujo objetivo é fazer com que esses direitos, ainda que vigentes na letra da lei, não tenham mais condições sociais de serem exercidos.

Principal instrumento de agitação política em favor desta pauta, o chamado Movimento Escola Sem Partido (MESP) é, na verdade, um grupo de *lobby* que orbita em torno de seu fundador, o advogado Miguel Nagib, e um punhado de outros ativistas. Em seu *website*, o movimento se apresenta como uma “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (Escola, s.d. a)¹, mas o mito de origem que ele próprio divulga contradiz esta afirmação. O MESP seria o fruto da indignação de Nagib quando soube que o professor de História de sua filha, em uma escola privada, havia comparado o revolucionário argentino Ernesto Che Guevara ao santo católico Francisco de Assis (El País, 2016).

A motivação original de Nagib, como fica evidente pela narrativa que apresenta, era evitar a pretensa “doutrinação marxista” nas escolas. Esse era o foco, quando o MESP apareceu, em 2004. Mas a campanha pela “Escola Sem Partido” só ganhou alguma presença no debate público quando, cerca de dez anos depois, incorporou e deu destaque a outra vertente da agenda conservadora: a luta contra as políticas de promoção da igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual. Políticas de combate ao sexismo e à homofobia nas escolas tornaram-se o principal estandarte da agitação política da direita², que as apresentava como demonstração inequívoca de que a pauta da esquerda era a destruição da família e a universalização da homossexualidade. Versões adulteradas do material previsto para distribuição aos estudantes foram produzidas para gerar o fantasma do *kit gay* e, embora

¹ Cumpre observar que, embora se apresente como movimento ou como associação (uma “associação informal”, segundo a mesma página de internet), não há indicação de seus integrantes e os únicos porta-vozes públicos são Miguel Nagib, “coordenador”, e Bráulio Porto, “vice-presidente” – uma hierarquia no mínimo confusa.

² Aqui nos referimos ao conceito de direita política de Bobbio (1995) e Lukes (2003).

desmentidas incontáveis vezes, levaram ao recuo na implementação do projeto (em 2011), foram instrumentais para a derrubada da presidente Dilma Rousseff (em 2016) e pavimentaram a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência, em 2018.

Deixando em segundo plano a preocupação com a suposta doutrinação marxista, o MESP incorporou o discurso do combate à chamada “ideologia de gênero” e passou a advogar a ideia de que não pode haver qualquer ruído entre o ambiente escolar e os valores morais pregados pelos pais dos alunos. Com isso, a discussão era deslocada para um terreno aparentemente “moral” (não “político”) e enquadrada como uma disputa sobre a autoridade da família. Isso permitiu que o MESP se mostrasse útil para os cristãos fundamentalistas e outros grupos ultraconservadores que iniciavam sua cruzada contra a educação – e que, a partir de então, abraçaram seu projeto.

Este artigo analisa os discursos dos defensores de uma escola pretensamente “sem partido” nas audiências públicas realizadas em 2017 e em 2018 pela Comissão Especial do Projeto de Lei (PL) nº 7.180 de 2014 – o projeto apresentado pelo deputado Erivelton Santana (PSC-BA), pastor da Assembleia de Deus, ao qual foram apensadas todas as outras proposições vinculadas ao tema. Buscamos capturar nas intervenções nas audiências, nos projetos e nos pareceres técnicos, as principais narrativas compartilhadas entre parlamentares e convidados, produzindo uma análise crítica e qualitativa do discurso. A primeira parte do texto traz uma descrição dos projetos apresentados na Câmara dos Deputados e de sua tramitação. As seções seguintes tratam dos três eixos centrais de discussão: o papel da escola e do professor, as questões relacionadas a gênero e família e o anticomunismo. A breve conclusão, enfim, sintetiza as ameaças que a ofensiva ultraconservadora na educação apresenta.

2 Os projetos do Escola Sem Partido: um resumo

O projeto de Erivelton Santana altera o artigo terceiro da Lei nº 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo um novo inciso:

XIII – respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas (Câmara, 2014).

O deputado apresentou simultaneamente um projeto similar, o PL nº 7.181 de 2014 (Câmara, 2014), com o mesmo teor, incidindo não sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e sim sobre o Plano Nacional de Educação, que tramitou apensado. Na Comissão de Educação, o projeto foi rejeitado pelo parecer do relator Ariosto Holanda (PROS-CE) – que evocou os princípios constitucionais de liberdade de aprender e do pluralismo de ideias e assinalou a importância da educação moral e sexual da criança, para a formação cidadã e para a saúde pública (Câmara, 2014) – e, ao final da legislatura, no início de 2015, arquivado pela Mesa Diretora da Câmara. Desarquivado em seguida a pedido do deputado, voltou a tramitar, com melhor sorte.

Um novo projeto, o PL nº 867 de 2015, foi apensado à tramitação do PL nº 7.180 de 2014 (Câmara, 2015). A mudança proposta é a inclusão, entre as diretrizes e bases da educação nacional, do “Programa Escola Sem Partido”. Seu autor, deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), havia sido

presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal e integrava a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana. Além de estabelecer, no artigo terceiro, a proibição da “doutrinação política e ideológica” e da transmissão de conteúdos que entrem em conflito com as convicções religiosas do estudante, o projeto prevê a fixação de cartazes nas salas em todas as escolas do Brasil com os “deveres do professor”, cujo primeiro item reza: “O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária” (Câmara, 2015, s.p.).

O novo relator do PL nº 7.180 de 2014 e apensados na Comissão de Educação, deputado Diego Garcia (PHS-PR), integrante da Renovação Carismática Católica, apresentou parecer favorável, com base na necessidade de combater a “ideologia de gênero” e a “doutrinação ideológica” (Câmara, 2015, s.p.). Usou também a Convenção Americana de Direitos Humanos para estribar a tese de que a família tem prevalência sobre a escola, já que sua prerrogativa de determinar a educação moral das crianças configuraria um “direito natural” (Câmara, 2015, s.p.). Conhecida também como Pacto de San José, a Convenção, assinada em 1969 e ratificada pela Brasil em 1992, é um documento bastante conservador, indicando tanto a prevalência da família quanto o direito à vida “desde a concepção” (art. 4º). Tornou-se, assim, uma referência sempre conjurada pelos adversários tanto da educação crítica quanto do direito ao aborto: ela dá às suas posições a chancela dos “direitos humanos” e da “legislação internacional”³.

Outros projetos foram apensados após o relatório de Diego Garcia (ver Quadro 1 - Anexo). Com exceção de um projeto do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que é uma resposta às iniciativas cerceadoras, todos buscam limitar o espaço do pensamento crítico nas escolas. Em 2016, por ato da presidência da Câmara, foi criada uma Comissão Especial para analisar todos os projetos relacionados ao Escola Sem Partido. O relator foi o deputado Flavinho (PSC-SP), integrante da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana, com forte participação de parlamentares da Frente Evangélica. Em momento posterior da tramitação da comissão especial, foram produzidos requerimentos para a realização de audiências públicas com lista de convidados. As primeiras audiências públicas foram realizadas no começo do ano de 2017 e prosseguiram até a apresentação do parecer favorável à aprovação, pelo relator Flavinho, no final do primeiro semestre de 2018.

No parecer favorável, o deputado Flavinho introduz o seguinte raciocínio: em sala de aula, o professor possui liberdade de cátedra e o aluno possui liberdade de aprender – essa é a relação “ensino-aprendizagem” (Câmara, 2018, p. 6). Porém, “a liberdade de cátedra não é uma licença estatal para se fazer o que bem quiser. Pois se assim o fosse violaria o direito do aluno de aprender” (Câmara, 2018, p. 6). A partir daí, são introduzidos três argumentos centrais: o educador não possui o arbítrio para abordar certos temas para a classe; o governo brasileiro tenciona instituir no sistema de ensino a “ideologia de gênero”, uma doutrina “questionável”, “controversa”, que “não é ponto pacífico” (Câmara, 2018, p. 17-18); e a família conserva o direito de que seus filhos recebam a educação moral e religiosa que ela determinar (Câmara, 2018, p. 13).

Neste artigo, mais do que explorar o discurso dos parlamentares, vamos analisar as falas dos convidados nas vinte audiências públicas realizadas pela Comissão Especial ao longo de seu trabalho. A audiência pública é um procedimento corriqueiro da vida legislativa, que visa dar oportunidade ao

³ No entanto, como aponta Fernando Penna (2017), trata-se de uma leitura enviesada da Convenção, estendendo à esfera pública, em que se encontra a escola, dispositivos pensados para proteger a esfera privada.

diálogo com especialistas nos temas sob deliberação. A intenção seria, então, colocar em debate pessoas contrárias e favoráveis ao Escola Sem Partido, a fim de subsidiar a decisão. É questionável, porém, se tal intento deliberativo foi alcançado, uma vez que os parlamentares presentes às discussões já tinham, todos, posições firmes sobre o tema e não seriam, como não foram, influenciados por argumentos contrários. As audiências serviram, sobretudo, para dar visibilidade pública a discursos de justificativa ou de repúdio à restrição da liberdade na educação.

3 A função da escola: o discurso da neutralidade

O pano de fundo do debate é o significado da educação. As investidas da direita brasileira contra as pedagogias progressistas não são novas, mas ganharam centralidade nos últimos anos. Nas manifestações de rua que precederam o golpe de Estado de 2016 (cf. Miguel, 2019), um dos alvos constantes era o pedagogo pernambucano Paulo Freire, falecido em 1997. Um dos intelectuais brasileiros de maior prestígio internacional, Freire via a educação como a ampliação da capacidade de leitura da realidade, mais do que a absorção de conhecimentos pré-formatados (que ele condenava como sendo a “concepção bancária” da educação). A pedagogia libertadora proposta por ele visa que os oprimidos desvelem o “mundo da opressão” e comprometam-se, “nas práxis, com sua transformação” (Freire, 2015, p. 57). Assim, a educação, como sintetizam dois leitores do pensador pernambucano, envolve uma luta pela produção do sentido do mundo e também uma luta sobre as relações de poder. Portanto, ela participa necessariamente da esfera política (Aronowitz e Giroux, 1987, p. 12). Mas participa *sempre*: não é a opção de uma ou outra corrente pedagógica, mas um elemento intrínseco ao processo educativo.

Nas audiências sobre o Escola Sem Partido, esta perspectiva vai ser estigmatizada por meio de duas estratégias convergentes: a denúncia de seu caráter “doutrinário” e a denúncia de seu impacto negativo no processo de aprendizagem. “Doutrinário”, para os opositores de Freire, pode ser entendido como tudo aquilo que não é consenso e, portanto, está submetido à tomada de posição de uma ou outra pessoa. Segundo João Cesarino da Rosa, representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, “a escola é local de conhecimento absoluto. Geografia pode ser lecionada no Brasil, na China, na Coreia e na Rússia. A Geografia não muda. A História muda, bem como a Matemática e a língua materna? Não. São temas incontroversos de base comum internacional. Isso que a escola tem que fazer”⁴ (audiência de 28/3/2017). Permitir que temas “controversos” ingressem na educação seria tornar a escola, como disse outro convidado, Pedro Sérgio dos Santos, um “lugar de conflito” (audiência de 7/3/2017).

Está subjacente, portanto, uma epistemologia primária, que vê verdades absolutas e fixas – e que, ao impossibilitar qualquer abordagem crítica do mundo, contribui objetivamente para a naturalização e a reprodução das dominações sociais. Mas essa argumentação é necessária para abrir caminho à segunda estratégia discursiva, que acusa o pretenso foco nas questões “conflituosas” de impedir a escola de cumprir sua função precípua, de fornecimento do “conhecimento absoluto”. O fraco desempenho do país em *rankings* educacionais internacionais é ligado, sem mediações, ao currículo que daria demasiado destaque a questões consideradas menores, “tomando espaços importantes de matemática, português, ciências” (Ricardo Augusto Felício, audiência de 17/4/2018).

⁴ Todas as falas estão transcritas nas notas taquigráficas da Comissão Especial do PL 7180/14 (Câmara, 2018).

Nas palavras do jornalista Gabriel Arruda, “há que se questionar se deve ser prioridade da escola gastar energia, tempo e recursos financeiros com atividades que certamente não vão melhorar a nota dos alunos naquilo que realmente importa, ou seja, em matemática, português e ciências” (audiência de 17/4/2018). O deputado Lincoln Portela (PRB-MG), pastor da Igreja Batista, atribuiu ao Programa Escola Plural – um projeto pedagógico inclusivo implantado em Belo Horizonte ainda nos anos 1990 – o fato de que “alunos de quarta série [...] não sabem ler” (audiência de 7/2/2017).

A pretensa ineficácia do método Paulo Freire é apresentada como culpada dos fracassos da educação brasileira. Silvana Monteiro, professora da rede pública, afirmou que “tentei colocar as teorias [de Freire] em prática, mas eu tive que fazer uma escolha para dar uma aula eficiente: ou os métodos dele ou a minha saúde e uma boa aula” (audiência de 10/4/2018). O vereador soteropolitano Alexandre Aleluia (DEM) relacionou diretamente o método ao mau desempenho brasileiro nos *rankings* internacionais de ensino (audiência de 9/5/2017). Há aqui uma confusão deliberada, uma vez que o método Paulo Freire é voltado à alfabetização *de adultos*. O educador pernambucano aparece, na verdade, como emblema de toda a pedagogia contemporânea. E esta pedagogia, aceita como se de fato estivesse em pleno funcionamento em todo o sistema de ensino brasileiro, é isolada como única causa de suas mazelas.

Em muitos discursos, este argumento combina com uma retórica agressiva contra a presença de conteúdos julgados impróprios em sala de aula. Para o deputado Marco Feliciano (PSC-SP), pastor da Catedral do Avivamento (denominação ligada à Assembleia de Deus), “se os nossos professores gastassem mais tempo ensinando os alunos, e não os doutrinando dentro da área ideológica, como sexo e política, nós não teríamos alunos que terminam seus anos sem saber ler e escrever” (audiência de 21/3/2017). Na mesma linha, a “*youtuber* cristã” Paula Marisa questionou: “em um país de analfabetos, qual deve ser a prioridade da educação: ensinar crianças e jovens a ler, escrever e fazer contas ou ensiná-los a colocar camisinha e fazer sexo?” (audiência de 4/4/2018). O representante do movimento Direita São Paulo, Douglas Garcia, também aceito como especialista numa das audiências, foi mais longe e, depois de criticar a “esquerda” que faz “com que nossos alunos fiquem idiotizados”, determina que “toda a educação infantil e o ensino fundamental, no que concerne aos professores, devam ser restritos somente ao básico: português e matemática” (audiência de 14/3/2017).

O que está no centro deste conjunto de discursos é uma operação de naturalização – o dispositivo básico do discurso ideológico (Eagleton, 1997), que impede a inquirição da origem histórica das práticas humanas e dos valores sociais – e de desqualificação da posição adversária. Naturalização: a verdade é a ausência de conflito. Português e matemática são as disciplinas escolares fundamentais. O mau desempenho dos alunos se deve à concorrência de outras matérias na grade escolar. Desqualificação: conteúdos críticos “idiotizam”. Educação sexual é sexualizar precocemente as crianças. Professores são doutrinadores.

O contraste com o discurso dos convidados contrários ao Escola Sem Partido é gritante. Tentando desconstruir o conjunto de ilusões intencionais que funda os argumentos favoráveis ao projeto, eles investiram em três dimensões principais. Primeiro, refutar a ideia de neutralidade no ensino, a partir do entendimento de que “a educação é baseada em concepções teórico-pedagógicas, essas concepções são concepções filosóficas, teóricas, sociológicas e políticas. Portanto, não existe concepção de escola neutra”, como disse Madalena Guasco, professora da PUC-SP (audiência de 15/2/2017). Depois, negar a concepção do estudante como “folha em branco”, que o professor

preenche a seu bel-prazer: “a sociedade de fato é muito mais complexa do que só o sistema de ensino. O sistema de ensino é um dos elementos formativos do ser humano, mas não é o único” (Daniel Cara, audiência de 7/3/2017). Por fim, apresentar uma concepção da educação que inclui não apenas a transferência de saberes, mas também, nas palavras de Salomão Ximenes, professor da UFABC, “a formação para a cidadania, a realização do artigo 3º da Constituição no sentido da promoção da igualdade” (audiência de 18/4/2017).

É um embate, portanto, entre, de um lado, a enunciação de um projeto pedagógico voltado à formação de cidadãos dotados de ferramentas para a interpretação autônoma da realidade, e, do outro, a reiteração de visões de senso comum sobre o conhecimento, a educação, a criança e a família. De alguma maneira, os lados do debate podem ser vistos como prefigurações da aplicação de suas próprias concepções de ensino: espírito crítico e abertura para a complexidade do mundo versus repetição mecânica de verdades convencionalmente aceitas.

A fim de que os conteúdos considerados nocivos sejam banidos da escola, é imperativo suspender a liberdade de expressão dos professores. No discurso dos defensores do Escola Sem Partido, a liberdade de expressão é sempre vista como um tudo ou nada. Se o professor tem liberdade de expressão, estará livre para ignorar o conteúdo programático de sua disciplina e falar do que bem entender. Antes ainda de ser uma porta aberta para a “doutrinação”, a liberdade de expressão aparece como um convite à irresponsabilidade. Como exemplificou o jornalista Leandro Narloch, “um professor de Matemática tem que dar aula de Matemática, ele não pode falar sobre o que ele quiser. Ele é obrigado a transmitir um conteúdo” (audiência de 28/3/2017). O líder do MESP, Miguel Nagib, apresentou definição similar do conceito:

O que é a liberdade de expressão? É a liberdade que o indivíduo tem de dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto. Para facilitar, é a liberdade que nós exercemos no Facebook, onde nós postamos o que queremos, foto, vídeo, e escrevemos o que bem entendemos. Se o professor tivesse essa liberdade de dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto na sala de aula, ele não poderia ser obrigado a transmitir aos alunos o conteúdo da sua disciplina (audiência de 14/2/2017).

Entendida desta forma, a liberdade de expressão encontra pouco espaço para vigorar. Narloch, que é jornalista, não desfrutaria dela, já que está preso a uma deontologia profissional que o impede de inventar notícias. Nagib, advogado, também não, pois seu código de conduta veda, por exemplo, adulterar depoimentos. Uma percepção mais sofisticada, porém, percebe que a liberdade de expressão convive com os limites éticos e não se opõe, mas é condição para o bom exercício da profissão de jornalista ou de advogado – ou de professor.

Nagib foi mais longe e definiu o professor como um “funcionário público”, regido, portanto, pelas regras gerais da categoria. “Burocrata não faz sermão. Burocrata aplica a lei. O professor é um burocrata”, liquidou ele (audiência de 14/2/2017). Em outro documento, ele se apoia expressamente no princípio da impessoalidade da administração pública para vedar ao professor a expressão de “preferências, simpatias ou antipatias no exercício da função” (Escola, s.d. b, p. 8). Há uma confusão deliberada entre evitar a expressão de preferência, simpatia ou antipatia por um aluno em detrimento de outro, o que é uma prescrição razoável e aceita de forma consensual, e produzir em sala de aula um discurso que seja integralmente despido de valores, que é o objetivo do chefe do MESP. De fato,

o processo de ensino-aprendizagem é incompatível com a impessoalidade própria da burocracia, o que não significa que não possua um código ético. A busca pela mítica neutralidade no ensino transformaria o professor em mero repetidor de apostilas, anulando o envolvimento – necessariamente pessoal – que faz dele um parceiro da formação e do crescimento intelectual de seus educandos.

A “neutralidade” que o Escola Sem Partido diz perseguir e que justificaria a censura aos professores se ancora na crença de que um Estado democrático seria perfeitamente neutro em relação a valores. No entanto, como escreveu a filósofa estadunidense Martha Nussbaum (2013), a democracia, como qualquer outro regime, precisa fomentar valores e “emoções políticas” que permitam seu florescimento. Com certeza, entre eles estão o respeito às diferenças, a tolerância, a igualdade e a autonomia intelectual.

4 A primazia da família: o discurso moral religioso

A compreensão geral da natureza do processo educativo é o pano de fundo necessário para que os advogados do Escola Sem Partido estabeleçam suas outras teses. A categoria “doutrinação” é construída de maneira a abarcar tudo aquilo que não corresponde à transmissão de conteúdos “objetivos” e universalmente aceitos, como seria o caso do Português e da Matemática⁵. A definição da educação sexual como forma de doutrinação parece, à primeira vista, insustentável, mas converge com a narrativa fantasiosa do “marxismo cultural”, disseminada por gurus da direita conservadora como o filósofo e astrólogo Olavo de Carvalho. Por essa narrativa, a destruição da moral sexual – e, por conseguinte, da família – seria o caminho para a tomada do poder pelo comunismo.

“Eles estão doutrinando os nossos alunos. E lá se fala de sexo, ideologia de gênero e todas essas coisas”, bradou o deputado Paulo Freire (PR-SP), pastor da Assembleia de Deus (audiência de 14/3/2017). Nas palavras de Mariz Inez Medeiros Belarmino, convidada na qualidade de mãe conservadora militante, “querem passar para crianças de dois ou três anos aula não é de educação sexual; querem é implantar na cabeça das nossas crianças coisas que não têm nada a ver” (audiência de 31/10/2017). A apresentação de idades muito baixas (“dois ou três anos”), que o senso comum vê como inadequadas para a educação sexual, é uma constante, embora as iniciativas existentes sejam quase que invariavelmente dirigidas a pré-adolescentes e adolescentes. Outra estratégia é escolher casos extremos, descontextualizados, e tomá-los como regra.

Um episódio evocado mais de uma vez ocorreu em Contagem (MG), em 2012. Diante de questionamentos dos próprios estudantes da 4ª série do ensino fundamental (portanto, crianças na faixa dos 10 anos) sobre temas como sexo oral, sexo anal e homossexualidade, a professora orientou-os a pesquisar com base em *websites* e livros paradidáticos, não sem antes alertar os pais (G1, 2012). Mas, no relato do deputado Alan Rick (DEM-AC), pastor da Igreja Batista do Bosque, parece diferente: “Dever de casa para crianças de 10 anos: O que é boquete? Como se faz sexo? Fazer sexo dói? Como uma criança engravida? Se uma mulher fizer sexo com outra mulher, pode engravidar? O que é sexo anal?” (audiência de 10/4/2018).

Um caso isolado é descontextualizado, exagerado e apresentado como regra: eis um combustível privilegiado para a produção do pânico moral. A noção de *pânico* é fundamental; é a

⁵ Não custa observar que, ao igualar as regras da gramática aos conhecimentos da matemática, eles invalidam todo o campo da sociolinguística e os esforços para que o preconceito linguístico contra as variantes populares do idioma não sirva de barreira à escolarização das crianças pobres (cf. Bagno, 1999).

emoção que exige uma resposta urgente e vigorosa, sem dar espaço à reflexão ou ao diálogo. O pânico moral, assim,

cristaliza medos e ansiedades generalizados, e muitas vezes lida com eles não buscando as causas reais dos problemas e condições que eles demonstram, mas deslocando-os para os “demônios populares” de um grupo social identificado (geralmente o “imoral” ou o “degenerado”). A sexualidade tem uma centralidade peculiar em tais pânicos, e os “desviantes” sexuais têm sido os bodes expiatórios onipresentes (Weeks, 1981, p. 14).

Se fosse possível construir uma escala dos tipos do debate público, no qual um polo seria ocupado pela troca argumentativa racional proposta pela teoria política idealista de base habermasiana ou rawlsiana, no outro polo estaria o pânico moral. Os grupos contrários ao Escola Sem Partido, cingidos a uma argumentação mais ponderada, sem condições ou inclinação para reagir produzindo um pânico em sentido oposto, jogam um jogo discursivo completamente diverso e dispõem de armas bem mais limitadas.

É ilustrativo o discurso de Thiago Flores, prefeito de Ariquemes (RO) e delegado da Polícia Civil, convidado por ter sido autor da decisão de extirpar conteúdo informativo acerca da diversidade sexual dos livros distribuídos nas escolas da cidade (G1, 2017):

Temos que parar de queimar etapas. Criança é criança. Uma criança com cinco anos de idade é uma criança com cinco anos de idade. Por que despertar nessa criança conhecimentos voltados a sexo? Acho que a grande questão é justamente esta: estamos queimando etapas e fechando os olhos para os verdadeiros problemas. Uma criança que tenha um português de melhor qualidade, que saiba somar, dividir e multiplicar, que tenha conhecimento da história do seu país e do seu mundo vai ter muito mais facilidade para aprender sobre diversidade sexual, diferença entre gêneros etcétera e tal (audiência de 7/3/2017).

Articulam-se, assim, a denúncia da sexualização precoce, a defesa de uma pedagogia natural (que não “queima etapas”) e o diagnóstico de que o rendimento dos alunos é prejudicado quando a escola se afasta de sua missão de neles inculcar conhecimentos objetivos. A ideia de sexualização precoce, turbinada pelos exageros sobre os conteúdos propostos na educação sexual e as faixas etárias a que eles se destinavam, sustenta-se pela permanência de uma visão idealizada da pureza infantil, há muito superada na psicologia, e pelo desconhecimento deliberado sobre os índices nacionais de violência sexual contra crianças e jovens, gravidez na adolescência ou incidência de infecções sexualmente transmissíveis.

Um deslizamento também deliberado aproxima a educação sexual da famigerada “ideologia de gênero”. A educação sexual versa sobre reprodução humana, contracepção e doenças sexualmente transmissíveis, permitindo que a escola incida sobre questões que, embora tenham um impacto potencial enorme na vida futura daqueles jovens, são tratadas como tabu na maior parte dos ambientes sociais. Já a “ideologia de gênero” é um espantalho criado por católicos ultraconservadores da América do Norte e da Europa Ocidental, importado para o Brasil e abraçado também por outras seitas, que visa estigmatizar as bandeiras da igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual,

acusando-as de contrárias à natureza e solapadoras da família e, portanto, de toda a civilização (cf. Miguel, 2016; Junqueira, 2018).

Mobilizando o conceito de “ideologia” em uma chave que, paradoxalmente, deve muito à tradição marxista, atinge-se a teorização feminista sobre o par sexo/gênero – isto é, a percepção de que a vinculação entre o sexo biológico e os papéis estereotipados de gênero é uma construção social, historicamente vinculada à manutenção das mulheres em posição de subalternidade. Junta-se à mistura a teoria *queer* (a despeito das profundas diferenças que a separam do feminismo em sentido estrito), que aborda os papéis de gênero como performances, logo externos a qualquer essência pessoal. As políticas impugnadas no ambiente escolar, no entanto, são muito mais práticas: visam, em primeiro lugar, proteger da violência e da discriminação os estudantes que apresentem comportamento considerado desviante. Mas é claro que uma situação em que as individualidades são respeitadas corrói as bases da aceitação compulsória dos papéis estereotipados, central para o funcionamento do sistema sexo/gênero tal como o conhecemos.

A “ideologia de gênero” é uma caricatura monstruosa. Ela sexualiza as crianças, promove a pedofilia, enfraquece a heterossexualidade e destrói a família. O procurador Guilherme Schelb, vinculado à Igreja Comunidade das Nações (uma denominação neopentecostal de Brasília) e muito ativo nesta agenda, anunciou que a “ideologia de gênero propõe abuso muito maior: deixem as crianças se tocarem sexualmente, livremente. Não intervenham em nenhum comportamento sexual das crianças e adolescentes, dos alunos nas escolas. Esse é o mantra da ideologia de gênero” (audiência de 21/3/2017).

Dada a contaminação do ambiente escolar, a única proteção efetiva contra a “ideologia de gênero” seria o reforço das prerrogativas da família. A primazia absoluta da família na gestão das crianças e jovens, em todos os sentidos, ganha estatuto de dogma entre os defensores do Escola Sem Partido. O professor cuida do tal conhecimento objetivo e acima de polêmicas, mas de maneira “complementar com a orientação dos pais, principalmente no que se refere a princípios, valores, formação de caráter e de personalidade”, segundo esclareceu o deputado João Campos (PRB-TO), pastor da Assembleia de Deus e então coordenador da Frente Parlamentar Evangélica (audiência de 15/2/2017). Outros oradores, como Antonio Carlos Fallavena, do movimento de associações de pais e mestres (audiência de 10/4/2018), ou o deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA, audiência de 7/2/2017), apontam que a responsabilidade pela educação é toda da família, cabendo à escola um papel meramente complementar.

Alexandre Aleluia, entusiasta do Escola sem Partido, louvou sua contribuição em muitas frentes, como o combate ao pretense “movimento ateu nas escolas”, mas destacou como ponto principal do projeto “que seja respeitada a orientação sexual que a família confere ao aluno, ao estudante, à criança. A família está em primeiro lugar na orientação. Isso deve ser respeitado. A criança não é propriedade da escola, muito menos do Estado” (audiência de 9/5/2017). Na mesma direção, disse Maria Inez Belarmino:

Não é o professor que vai dizer para o meu filho qual é a opção sexual dele. De maneira nenhuma! Essa é uma coisa a ser discutida dentro do nosso lar. Está na Constituição, está no Estatuto da Criança e do Adolescente, está no Pacto de São José da Costa Rica, está em vários lugares, está na Bíblia, que é o norte das famílias! Está na Bíblia Sagrada! (audiência de 31/10/2017).

Nesse raciocínio, a orientação sexual é algo imposto por algum agente externo, não uma descoberta individual que seria necessário respeitar. E se a criança não é propriedade da escola ou do Estado, fica claro que ela o é da família.

À criança, é negado o reconhecimento como sujeito de direitos – o que incluiria o direito de estar exposta à diversidade do mundo e, assim, alcançar a possibilidade de agir como ser humano autônomo. A crítica de Christine Delphy à família como ambiente em que impera um “estado de exceção”, pois nela os direitos de seus integrantes estão suspensos (Delphy, 2013), é perfeitamente ilustrada por declarações como as de Aleluia ou Belarmino. No entanto, desafiar a supremacia da família como entidade e afirmar, dentro dela, os direitos dos indivíduos é um passo indispensável na luta contra a violência contra as mulheres e também contra as crianças.

5 O perigo vermelho: o discurso anticomunista

O tema da primazia da família sobre a escola foi provavelmente o mais repisado pelos convidados às audiências públicas. Um enquadramento muito frequente entendia que o avanço da escola sobre questões como a educação sexual era sintoma do surgimento de um Estado totalitário, que exige impor sua vontade sobre todos os espaços da vida individual e social. A fantasia do “marxismo cultural”, como visto, permite associar o pânico moral nascido da pretensa desordem sexual ao avanço do comunismo. O embate “Estado *versus* família” é o prosseguimento desta narrativa.

Alguns defensores do Escola Sem Partido, buscando um discurso um pouco mais sofisticado, reconheciam que a “doutrinação” pode vir de diferentes posições políticas. No entanto, como tentou explicar o professor de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, Rodrigo Jungmann, a esquerda, “pela estratégia gramscista [sic] de tomada de poder”, ocupou toda a vida cultural brasileira, “nas igrejas, a imprensa, muitas vezes, e, desnecessário dizer, nas escolas e nas universidades em que a hegemonia da esquerda é simplesmente acachapante”, levando “indiscutivelmente numa prática deplorável de doutrinação” (audiência de 14/2/2017). A fala é significativa por dois motivos principais.

Primeiro, ela estabelece, como dado indiscutível, a hegemonia cultural da esquerda no Brasil, algo que os defensores do Escola Sem Partido tratam como um pressuposto tão evidente que não precisa ser comprovado. Como disse outro convidado, João Carlos Meira, professor da rede estadual em São Paulo, “em todas as esferas da educação pública, desde a pré-escola até à faculdade, existe, sim, uma influência comunista muito forte, uma influência marxista de esquerda. Isso já está provado. É ponto pacífico” (audiência de 21/11/2017). Trata-se de uma manobra discursiva para jogar o debate para um ambiente já de partida favorável ao Escola Sem Partido (Penna, 2016).

É possível, porém, colocar em questão a acurácia empírica da afirmação. Igrejas, mídia, escolas e mesmo universidades estão tão à esquerda assim, como diz Jungmann? A inclusão de outros aparelhos ideológicos, que parece descabida, é importante para estabelecer a imagem do estudante “indefeso”, cuja pretensa doutrinação é reforçada em praticamente todos os ambientes discursivos a que tem acesso. Mas mesmo nas escolas a hegemonia da esquerda é contestável. Ainda que os formuladores de políticas da educação, da redemocratização até a ruptura democrática de 2016, pudessem abraçar visões em geral mais progressistas, alinhados às práticas internacionais, em sala de aula não é necessariamente assim. Até nas universidades, o contingente de docentes com posições

políticas conservadoras é expressivo. Mas eles costumam assumir o discurso da “neutralidade valorativa”, invisibilizando a tomada de posição.

Também é possível questionar os conceitos que são mobilizados neste diagnóstico. Há um problema de perspectiva, já que, para direitistas radicais como Jungmann, pensadores liberais aparecem como perigosos extremistas de esquerda. No fundo, qualquer visão de mundo que desnaturalize hierarquias e comportamentos é rotulada como “esquerda”. Se é assim, o conjunto das humanidades está mesmo à esquerda, já que seu projeto, como ciência, é o desvelamento do mundo social para além das aparências. As propostas curriculares do Escola Sem Partido na verdade banem da educação brasileira a totalidade dos conhecimentos produzidos pela história, pela geografia humana, pela sociologia, pela psicologia. Nas versões mais obscurantistas, até ramos da biologia ou da astronomia ficam sob suspeita.

O segundo ponto importante, na fala de Jungmann, é que ela aponta o predomínio da esquerda como fruto não de circunstâncias históricas (ou do próprio caráter das ciências humanas, como apontamos), mas de um tipo de conspiração. É uma leitura desonesta da obra de Antonio Gramsci, em que sua compreensão da luta pela hegemonia na sociedade se torna uma receita para lavagem cerebral em massa – bizarra, mas dominante na direita brasileira. Justamente por ser produto da ação conspiratória articulada de alguns, o predomínio das posições consideradas de esquerda não pode ser disputado por meio do convencimento e precisa de um instrumento legal para coibi-lo.

A *bête noire* da educação brasileira, que sintetiza a “doutrinação comunista” em sua obra, é Paulo Freire. Personagem frequente das audiências públicas, ele era apresentado como um manipulador político amoral. Em episódio que se tornou folclórico, em julho de 2016, o chefe do MESP, Miguel Nagib, declarou que o método Paulo Freire tinha sido criado com o objetivo de recrutar militantes para o Partido dos Trabalhadores⁶. Os convidados às audiências evitaram o anacronismo (as principais obras de Paulo Freire são dos anos 1960, ao passo que o PT foi fundado em 1980), mas desenharam retrato semelhante.

É difícil encontrar, nas audiências, alguma análise da pedagogia freireana que vá além de arroubos retóricos. Para Alexandre Aleluia, a pedagogia do oprimido proposta por Freire “nada mais é do que uma grande inversão do aprendizado” (audiência de 9/5/2017). O blogueiro Thomas Giulliano, organizador de uma obra com textos contrários ao pedagogo pernambucano, afirmou que ele propõe uma educação “genocida”, visto que “justificava o genocídio soviético e o genocídio cubano” (audiência de 21/3/2017). O deputado Flavinho sintetizou: Paulo Freire é “o grande mal” (audiência de 10/4/2017).

O que há de substantivo nas acusações contra ele é, além da pretensa ineficácia de seu método, já apontada, o fato de ser “marxista”, presente em discursos como os de Paula Marisa (audiência de 4/4/2018) ou de Alexandre Aleluia (audiência de 9/5/2017). O marxismo é, assim, retirado de seu lugar de uma das correntes fundantes do pensamento contemporâneo e transformado em anátema. O universo mental dos defensores do Escola Sem Partido tipifica como “doutrinação” tudo o que abre portas para uma inquirição crítica e potencialmente transformadora da realidade e criminaliza aquilo que, como o marxismo, contribui para este resultado.

É por isso que o deputado Pastor Eurico (PHS-PE), também pastor da Assembleia de Deus, podia elogiar a ditadura militar – “o governo da moral, um governo que deu sustentabilidade a este

⁶ O debate está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=J2v7PA1RNqk> (acesso em 17 nov. 2018).

País” (audiência de 14/2/2017) – e, sem perceber qualquer contradição, afirmar sua ojeriza à doutrinação. Outro deputado, Rogério Marinho (PSDB-RN), expôs o raciocínio de forma mais elaborada:

Nós vivemos num País que tem uma tradição inegável de valores da cultura ocidental. Isso não se discute, é tácito, é absolutamente pacífico. E a cultura ocidental tem, em minha opinião e como diria Bento XVI, três pilares: a religião cristã, a filosofia e a democracia grega e o direito romano. [...]. Como disse o Prof. Bráulio, há uma verdadeira guerra cultural. Aliás, essa expressão é cunhada como muita propriedade a partir da década de 60 pelo marxismo cultural da nova esquerda. Inicialmente, com Gramsci e em seguida com a Escola de Frankfurt, deixou-se muito claro que o objetivo é desestruturar a sociedade atual, a partir da desintegração das famílias, não só no Brasil, mas no mundo inteiro – e aqui foi muito forte esse movimento –, para se criar outra sociedade (audiência de 7/2/2017).

O tema recorrente do “marxismo cultural” que une Gramsci e os frankfurtianos na campanha para destruir a civilização ocidental é articulado, na fala de Marinho, com um pressuposto raras vezes explicitado: o que se busca de fato não é a decantada neutralidade, mas a manutenção inquestionada de um conjunto de valores que seriam constitutivos da tradição do país. O deputado potiguar revela, inadvertidamente, que o objetivo é mesmo impedir o pensamento crítico, pois ele colocaria em risco as verdadeiras bases da civilização ocidental.

Trata-se, portanto, de uma *guerra imaginada* contra uma conspiração comunista, que teria na sexualidade das crianças uma frente de batalha crucial. É difícil saber o quanto os promotores do Escola Sem Partido acreditam nesta narrativa ou apenas se valem dela para se promover politicamente. De um jeito ou de outro, ela serve para dar ao combate ao ensino crítico o caráter de uma emergência nacional.

6 Conclusão

O Escola Sem Partido esteve para ser votado ao apagar das luzes da 55ª legislatura, isto é, no final de 2018. Parlamentares contrários, muito minoritários na comissão, conseguiram evitar a votação com manobras protelatórias. O início da nova legislatura fez a tramitação voltar muito para trás, mas a nova composição da Câmara, ainda mais conservadora, junto à presença de um governo federal alinhado à direita, faz com que o tema esteja longe de ser sepultado. Uma nova comissão especial (que permite decisão terminativa sem passar pelo plenário) foi criada pela presidência da Câmara dos Deputados em dezembro de 2019. Entretanto, mesmo que venha a ser aprovado no Congresso o programa já foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão amplamente majoritária (nove votos a um) que define o entendimento futuro acerca do tema (Amorim e Oliveira, 2020).

Isso não significa que a ameaça de mordaca na educação possa ser desprezada. Os mesmos grupos que apoiam o Escola Sem Partido obtiveram vitórias nas votações sobre os planos – nacional, estaduais e municipais – de educação, cortando qualquer referência à igualdade de gênero em muitos deles. Há um conjunto forte de apoios à proposta, começando pelo grupo que chegou ao poder federal. Na exígua seção dedicada à educação dos slides de PowerPoint que serviu de programa de governo

ao candidato vitorioso às eleições presidenciais de 2018, Jair Bolsonaro, lê-se: “Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE” (caixa alta do original). Em seguida, fala-se de “modernizar o conteúdo [...], expurgando a ideologia de Paulo Freire”. E logo abaixo: “Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação” (O Caminho, 2018). Embora não seja citado nominalmente, o Escola Sem Partido foi inspiração central para Bolsonaro. O tema da “doutrinação” é frequente nas suas falas e nas de seus assessores próximos. O general Aléssio Ribeiro Souto, que liderou o grupo que elaborou as propostas do candidato da extrema-direita para a educação, chegou a defender publicamente o ensino do criacionismo e o expurgo dos livros de história que falam da ditadura de 1964 – sempre em nome da neutralidade, do combate à “ideologia” e da primazia moral das famílias (Agostini, 2018).

Há apoios importantes também nas igrejas, na mídia, no judiciário e no Ministério Público. Em novembro de 2018, um grupo de mais de cem procuradores dos ministérios públicos federal e dos estados assinou um manifesto em defesa do Escola Sem Partido – na verdade, como foi revelado em seguida, em grande parte plagiado de manifesto anterior divulgado por Miguel Nagib (Freitas, 2018)⁷. É uma proporção pequena do universo de cerca de 12 mil procuradores do Brasil, mas significativa, tratando-se de funcionários cuja missão precípua é a proteção aos direitos da cidadania.

A ofensiva da direita brasileira, que tomou corpo na preparação do golpe de 2016, leva a uma forma de macarthismo – e o Escola Sem Partido é central neste processo. Tal como nos Estados Unidos do pós-guerras, não há interdição legal ao pensamento de esquerda, mas fomenta-se um ambiente social em que ele não pode ser manifestado. Não é preciso censura estatal às artes, pois a mobilização de grupos ultraconservadores, com boicote a exposições consideradas “desviantes” e seus patrocinadores, gera efeito similar (Miguel, 2018). Da mesma maneira, mesmo sem a aprovação de qualquer lei, professores se sentem intimidados. Sabem que, ao tratar de qualquer tema “sensível” em sala de aula, estarão expostos a difamação, ameaças e processos, vindos de pais de alunos, mas também de policiais, procuradores e juízes partidarizados⁸. Muitos optam por se calar, por autocensura ou por pressão dos dirigentes escolares. Não desejam assumir mais um ônus numa profissão que já é desgastante e, em geral, mal remunerada.

Em suma: a resposta à exposição de valores democráticos e progressistas, em muitos ambientes reais e virtuais, entre eles as escolas, pode ser uma saraivada de impropérios e ameaças. O espaço do debate público é estreitado quase até desaparecer. As instituições que deveriam garantir a liberdade de expressão são omissas, quando não coniventes com os abusos.

O efeito sobre o cotidiano escolar é evidente. Professores e estudantes são levados a se ver não como parceiros no processo de construção do conhecimento, mas como adversários contra quem é necessário estar sempre de sobreaviso. Ao cercear o debate no ambiente escolar, ao reduzir o ensino à enunciação mecânica dos tais fatos indiscutíveis, o Escola Sem Partido revela que seu objetivo é impedir um processo educativo pleno. Revela que, a despeito das frases feitas, o que os grupos conservadores no Brasil sentem em relação à educação é medo. A bandeira da “neutralidade”, que eles empunham, é a tentativa de *neutralização* das virtualidades emancipatórias da educação.

⁷ O manifesto dos procuradores pode ser acessado em:

<https://www.jota.info/wp-content/uploads/2018/11/3542833db22513a554f9b7d37aafdc29.pdf?x48657>. O manifesto do chefe do MESP encontra-se em Escola (2018).

⁸ Indica, por isso, como expõe Frigotto (2017, p. 31-32), “o desejo de extermínio do pensamento crítico e das instituições, grupos sociais e indivíduos que lutam por justiça e igualdade social”.

O discurso da neutralidade naturaliza as funções conservadoras da escola e bloqueia a possibilidade de crítica a elas. Como observou Apple (2002, p. 8), a escola não é neutra quando reproduz (e contribui para legitimar) as diferenças de classe, o que faz ao transformar em desigualdades de “mérito” – pois todos não tiveram a chance da escolarização? – as desigualdades de origem social, nem quando reproduz a hierarquia de saberes vigente na sociedade. Ela é o mecanismo central de seleção dos saberes considerados “legítimos”, dentro de um universo muito maior de possibilidades. Como observava uma obra clássica da sociologia da educação, “a legitimação, pela escola, da ordem estabelecida supõe o reconhecimento social da legitimidade da escola, reconhecimento que, por sua vez, repousa no desconhecimento da delegação de autoridade que funda objetivamente esta autoridade” (Bourdieu e Passeron, 1970, p. 248).

O par reconhecimento/desconhecimento, sempre central na teoria de Pierre Bourdieu, ajuda a entender por que a ideia de “neutralidade” é tão importante para manter o papel reprodutor da instituição escolar. As pedagogias críticas, contra as quais se levantam os discursos conservadores analisados ao longo deste artigo, têm necessariamente que partir do questionamento da neutralidade, para colocar em questão a relação entre a escola e o mundo social que a cerca e, assim, reabrir o potencial emancipatório da educação.

A “neutralidade” não existe, uma vez que toda produção de conhecimento parte de um lugar social específico. Sendo assim, qual é o contrário da doutrinação? É o pensamento crítico, aquele que permite que os estudantes sejam não objetos, mas sujeitos da aprendizagem, refletindo sobre os conteúdos e construindo suas próprias percepções, no diálogo com professores e colegas. Nas palavras de Paulo Freire (1991, p. 24), uma “pedagogia da pergunta”. É esse pensamento crítico que assusta os promotores da Escola sem Partido. Seu discurso ensaiado não disfarça o fato de que são eles que desejam uma escola doutrinária, que imponha aos estudantes um pensamento fechado – o conformismo – e os impeça de pensar com as próprias cabeças e, pensando, quem sabe inventar um mundo novo.

Referências

AGOSTINI, Renata. É preciso nova bibliografia para escolas, diz assessor de Bolsonaro para a Educação. *O Estado de S. Paulo*, 15 out. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,e-preciso-nova-bibliografia-para-escolas-diz-assessor-de-bolsonaro-para-a-educacao,70002547417>. Acesso em: 15 out. 2018.

ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, n. 50, e175001, 2017.

AMORIM, Felipe; OLIVEIRA, Marcelo. STF decide que lei inspirada no Escola sem Partido é inconstitucional. *UOL*, 21 ago. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/21/stf-tem-maioria-contrario-lei-de-alagoas-inspirada-no-escola-sem-partido.htm>. Acesso em: 18 set. 2020.

- APPLE, Michael W. *Ideology and curriculum*. London: Routledge, 2002.
- ARONOWITZ, Stanley; GIROUX, Henry. *Education under siege: the conservative, liberal and radical debate over schooling*. London: Routledge, 1987.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Minuit, 1970.
- CÂMARA dos Deputados. Projeto de Lei nº 7.180/2014. Altera o art. 3º da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, *Câmara dos Deputados*, 2014. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230836&filename=PL+7180/2014. Acesso em: 14 abr. 2017.
- CÂMARA dos Deputados. Projeto de Lei nº 867/2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação, o “Programa Escola sem Partido”, *Câmara dos Deputados*, 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>. Acesso em: 4 mai. 2017.
- CÂMARA dos Deputados. Relatório ao Projeto de Lei nº 7.180, de 2014 (apenso o PL nº 7.181/14). *Câmara dos Deputados*, 2014. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F3B39E4E514EA5EB0C067F80898D4D3A.proposicoesWebExterno2?codteor=1281395&filename=Tramitacao-PL+7180/2014. Acesso em: 7 nov. 2018.
- CÂMARA dos Deputados. Relatório ao Projeto de Lei nº 7.180, de 2014 (apensados o PL nº 7.181/14 e o PL nº 867/15). *Câmara dos Deputados*, 2015. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F3B39E4E514EA5EB0C067F80898D4D3A.proposicoesWebExterno2?codteor=1338676&filename=Tramitacao-PL+7180/2014. Acesso em: 7 nov. 2018.
- CÂMARA dos Deputados. Relatório ao Projeto de Lei nº 7.180, de 2014 (PLs nº 7.181/2014, 867/2015, 1.859/2015, 5.487/2016, 6.005/2016, 8.933/2017 e 9.957/2018, apensados). *Câmara dos Deputados*, 2018. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1657686&filename=Tramitacao-PL+7180/2014. Acesso em: 7 nov. 2018.
- CÂMARA dos Deputados. Comissão Especial - PL 7180/14 - Escola sem Partido, *Câmara dos Deputados*, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoestemporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-deordem-familiar-naeducacao/documentos/notastaquigraficas/11Reunio280317.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.
- DELPHY, Christine. *L'enemmi principal*. Paris: Syllepse, 2013. v. 2.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.

EL PAÍS. O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis. *El País*, 25 jun. 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html. Acesso em: 28 jul. 2016.

ESCOLA Sem Partido. Quem somos. *Escola Sem Partido*, s.d. a. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 22 out. 2018.

ESCOLA Sem Partido. Parecer sobre a constitucionalidade do Programa Escola sem Partido. *Escola sem Partido*, s.d. b. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/images/pfesp.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP UERJ, 2017.

G1. Prefeitura manda tirar trechos de livros escolares com união entre gays. *G1*, 23 jan. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/ariquemes-e-vale-do-jamari/noticia/2017/01/prefeitura-manda-arrancar-paginas-de-livros-escolares-sobre-homossexuais.html>. Acesso em: 28 jun. 2018.

G1. Questionário para crianças sobre sexo gera polêmica em Minas Gerais. *G1*, 27 set. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2012/09/questionario-para-criancas-sobre-sexo-gera-polemica-em-minas-gerais.html>. Acesso em: 16 nov. 2018.

JUNQUEIRA, Rogério. A invenção da ideologia de gênero: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

LUKES, Steven. Epilogue: the grand dichotomy of the twentieth century. In: BALL, Terrence; BELLAMY, Richard (orgs.). *The Cambridge history of twentieth-century political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. O pensamento e a imaginação no banco dos réus: ameaças à liberdade de expressão em contexto de golpe e guerras culturais. *Políticas Culturais em Revista*, v. 11, n. 1, p. 37-59, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Da ‘doutrinação marxista’ à ‘ideologia de gênero’: o ‘Escola Sem Partido’ e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis*, v. 7, n. 3, p. 590-621, 2016.

NUSSBAUM, Martha. *Political emotions: why love matters for justice*. Cambridge: Belknap, 2013.

O CAMINHO da Prosperidade. Proposta de Plano de Governo – Bolsonaro 2018. Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2018/08/Programa-Jair-Bolsonaro.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2018.

PENNA, Fernando. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP UERJ, 2017.

PENNA, Fernando. O ódio aos professores. In: Ação Educativa (Org.). *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

WEEKS, Jeffrey. *Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800*. New York: Routledge, 1981.

Anexo

Quadro 1: Projetos de lei apensados ao PL 7.180/2014

Projeto de lei	Autor	Conteúdo
7181/2014	Dep. Erivelton Santana (PSC-BA)	Os parâmetros curriculares nacionais respeitarão as convicções dos alunos, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.
876/2015	Dep. Izalci Lucas (PSDB-DF)	Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola Sem Partido".
6005/2016	Dep. Jean Wyllys (PSOL-RJ)	Institui o programa "Escola Livre" em todo o território nacional.
1859/2015	Dep. Alan Rick (DEM-AC)	Art. 3º: A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo 'gênero' ou 'orientação sexual'.
5487/2016	Dep. Prof. Victório Galli (PSC-MT)	Institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes.
8933/2017	Dep. Pastor Eurico (PHS-PE)	Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Base e Diretrizes da Educação Nacional, para dispor que o ensino sobre educação sexual somente será ministrado ao aluno mediante autorização dos pais ou responsáveis legais.
9957/2018	Dep. Jhonatan de Jesus (PRB-RR)	Acrescenta artigo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para coibir a doutrinação na escola.

Fonte: Site da Câmara dos Deputados.

Artigo submetido em: Junho/2020

Artigo aceito em: Janeiro/2021

Luis Felipe Miguel (luisfelipemiguel@gmail.com) é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Professor Titular na Universidade de Brasília e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B.

Michel Oliveira (micheloliveira@unb.br) é Doutorando em Ciência Política e Bolsista da CAPES na Universidade Estadual de Campinas.

**Pânico Moral e Ódio à Diferença:
a estratégia discursiva do “Escola Sem Partido”**

Resumo. O estudo visa entender as estratégias discursivas do Escola Sem Partido. Isso é feito a partir da análise do que foi falado nas audiências públicas do Projeto de Lei nº 7.180 de 2014 na Câmara dos Deputados entre os anos de 2017 e 2018 e no exame do conteúdo dos documentos (projetos, apensados e pareceres técnicos). Inicia-se com uma breve descrição do Movimento Escola Sem Partido. Em seguida, identifica-se que os discursos giram em torno de três eixos centrais: o papel da escola e do professor, as questões relacionadas a gênero e família e o anticomunismo. Ao fim, condensamos as ameaças que a ofensiva ultraconservadora na educação apresenta.

Palavras-chave: Escola Sem Partido; Pânico Moral; Ideologia de Gênero; Anticomunismo; Conservadorismo.

**Moral Panic and Hate for Difference:
the discursive strategy of “Escola Sem Partido” (non-partisan school)**

Abstract. This study aims to understand the discursive strategies behind the Escola Sem Partido (non-partisan school) in Brazil. The task is accomplished by analyzing the presented documents (bills and reports) and the public debate between congressmen and invited guests in the special committee for the approval process of Bill 7.180/14 in the Chambers of Deputies. The article starts with a brief description of the Non-partisan School movement. In sequence, the research tries to point that the discussion revolves around three main frames: the role of the school and the educator, issues on gender education and family and the resurface of anti-communist discourse. At the end, we try to summarize the threats that the conservative offensive on education represents.

Keywords: Non-partisan School; Moral Panic; Gender Ideology; Anti-communism; Conservatism.